

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

**Esta impressão não tem validade antes de ser enviada para o SIGProj
Submeta a proposta e imprima novamente este documento.**

**FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj
EDITAL EDITAL PAEX-PROCEU/UDESC nº 01/2021**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°:

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: Programa de Extensão LEEdI/UDESC: extensão emancipatória e inclusiva em ação

TIPO DA PROPOSTA:

Curso Evento Prestação de Serviços
 Programa Projeto

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:

Comunicação Cultura Direitos Humanos e Justiça Educação
 Meio Ambiente Saúde Tecnologia e Produção Trabalho
 Desporto

COORDENADOR: Solange Cristina da Silva

E-MAIL: solange.silva@udesc.br

FONE/CONTATO: 48-33218423 / 48-88279987

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:
SIGProj N°:

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título:	Programa de Extensão LEdi/UDESC: extensão emancipatória e inclusiva em ação
Coordenador:	Solange Cristina da Silva / Docente
Tipo da Ação:	Programa
Ações Vinculadas:	Não existem ações vinculadas
Editais:	EDITAL PAEX-PROCEU/UDESC nº 01/2021
Faixa de Valor:	
Instituição:	UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
Unidade Geral:	CEAD - Centro de Educação à Distância
Unidade de Origem:	DPAD - Departamento de Pedagogia a Distância
Início Previsto:	01/02/2022
Término Previsto:	29/01/2024
Possui Recurso Financeiro:	Sim
Gestor:	Solange Cristina da Silva / Docente
Órgão Financeiro:	Conta Única

1.2 Detalhes da Proposta

Carga Horária Total da Ação:	360 horas
Justificativa da Carga Horária:	Justificativa da Carga Horária: Este programa tem carga horária total de 240 horas, distribuídas em 04 projetos de extensão, com exceção das horas de planejamento, organização e avaliação, conforme detalhado a seguir:

Ação de extensão 1 - Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da neurodiversidade no espaço acadêmico. Serão oficinas com carga horária de 40 horas por ano , perfazendo 80 horas em dois anos, que serão distribuídas conforme a organização do grupo.

Ação de extensão 2 - Curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com deficiência.: Carga Horária: 40 horas.

Ação de extensão 3 - Grupo de estudos Diálogos Formativos: Estudos da Deficiência e Autismo - Etapa II: com carga horária de 40 horas por ano, perfazendo o total de 80 horas em dois anos, com encontros síncronos e assíncronos conforme a organização do grupo.

Ação de extensão 4 - Curso online Reflexões sobre uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva - Carga Horária: 40 horas de curso online.

O programa contará com produção de material informativo e de divulgação para socialização em diferentes espaços e redes sociais. Para tal atividade estima uma carga horária de 120h durante os dois anos.

Periodicidade:	Bianual
A Ação é Curricular?	Não
Abrangência:	Internacional
Tem Limite de Vagas?	Sim
Número de Vagas:	400
Local de Realização:	Todas as ações são na modalidade a distância, tendo como aporte a plataforma moodle da UDESC, por meio do Centro de Educação a Distância, conforme especificado a seguir: Ação 1: O projeto “Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da neurodiversidade no espaço acadêmico” será oferecido na modalidade a distância pela plataforma moodle da UDESC, com encontros online através do Teams e/ou outras plataformas que possibilitem a acessibilidade comunicacional de todos participantes e apoio de outras plataformas que contemplem a acessibilidade idiomática (tradutor automático) para contemplar os/as participantes de língua estrangeira. Ação 2: O curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com deficiência que será um curso online e de 40 horas, será oferecido na modalidade a distância pela plataforma moodle da UDESC. Ação 3: O projeto Grupo de estudos Diálogos Formativos: Estudos da Deficiência e Autismo - Etapa II será uma ação oferecida na modalidade a distância pela plataforma moodle da UDESC, com encontros online através do Big Blue Button(BBB) e/ou outras plataformas que possibilitem a acessibilidade comunicacional de todos participantes, e apoio de outras plataformas que contemplem

a acessibilidade idiomática (tradutor automático) para contemplar os/as participantes de língua estrangeira.

Ação 4: Curso online Reflexões sobre uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva será oferecido na modalidade a distância pela plataforma moodle da UDESC.

Período de Realização:

Período de Realização:

Ação 1: "Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da neurodiversidade no ensino superior"

Período de Planejamento, Organização e Avaliação: 01/02/2022 – 30/11/2023

Inscrição: de 10/03/2022 a 25/03/2022 e 10/03/2023 a 25/03/2023

Execução das Oficinas: planejado com os partícipes a periodicidade anual

Coordenação: Solange Cristina da Silva – CEAD/UDESC

Co-coordenação: Valéria Aydos - NACI-GEAD-UFRGS

Ação 2 - Curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com deficiência

Período de Planejamento, Organização e Avaliação: 01/02/2022 - 30/07/2022

Inscrição: 01/03 a 20/03/2022

Execução do Curso: 01/04/2022 - 10/Julho/2022

Coordenação: Solange Cristina da Silva – CEAD/UDESC

Ação 3: Grupo de estudos Diálogos Formativos: Estudos da Deficiência e Autismo - Etapa II

Período de Planejamento, Organização e Avaliação: 01/02/2022 - 30/11/2023

Inscrição: a primeira inscrição será de 10/03/2022 a 25/03/2022 e no mesmo período no ano seguinte a confirmação dos participantes e, possível abertura de novas vagas. Todavia será contínua, quando houver desistência/abertura de nova vaga durante o ano.

Execução do Grupo de Estudos: planejado com os partícipes a periodicidade anual

Coordenação: Solange Cristina da Silva – CEAD/UDESC

Ação 4: Curso online Reflexões sobre uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva

Período de Planejamento, Organização e Avaliação: 01/05/2022 - 30/09/2022

Inscrição: de 01 a 30/06/2022.

Execução do Curso: 02/08 a 20/09/2022

Coordenação: profª Patricia de Oliveira e Silva Pereira Mendes – FAED/UDESC

Tem Inscrição?

Sim

Início das Inscrições:

01/03/2022

Término das Inscrições:

30/03/2023

Contato para Inscrição:

site www.cead.udesc.br ou pelo google forms.

Tem Custo de Insc./Mensalidade?

Não

1.3 Público-Alvo

Todas as ações são abertas, gratuitas e de amplo alcance, destinada a gestores, professores, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais de diferentes áreas e comunidade em geral.

Nº Estimado de Público: 400

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	20	33	10	5	2	70
Instituições Governamentais Federais	10	5	5	1	15	36
Instituições Governamentais Estaduais	30	4	5	2	20	61
Instituições Governamentais Municipais	25	0	0	5	10	40
Organizações de Iniciativa Privada	1	1	1	0	5	8
Movimentos Sociais	20	0	0	5	25	50
Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	20	0	0	5	19	44
Organizações Sindicais	0	0	0	0	1	1
Grupos Comunitários	10	0	0	5	30	45
Outros	0	0	0	0	45	45
Total	136	43	21	28	172	400

Legenda:

- (A) Docente
- (B) Discentes de Graduação
- (C) Discentes de Pós-Graduação
- (D) Técnico Administrativo
- (E) Outro

1.4 Parcerias

Nome	Sigla	Parceria	Tipo de Instituição/IPES	Participação
------	-------	----------	--------------------------	--------------

<p>Núcleo de Antropologia e Cidadania/PPGAS/UFRGS</p>	<p>NACI/PPGAS/UFRGS</p>	<p>Externa à IES</p>	<p>Instituição Governamental Federal</p>	<p>Colaboração na elaboração, organização e execução das ações de extensão 1 e 3. Participação no grupo de estudos com apresentação de temas;</p> <p>Colaboração na produção de materiais informativos resultante das ações extensionistas.</p> <p>Colaboração na divulgação nas redes sociais das ações de extensão e materiais informativos decorrentes dessas;</p> <p>Participação na construção da acessibilidade dos participantes nas ações 1 e 3, garantindo o direitos das pessoas com deficiência;</p> <p>Participação nas avaliações sobre as ações</p>
<p>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri</p>	<p>UFVJM</p>	<p>Externa à IES</p>	<p>Instituição Governamental Federal</p>	<p>Colaboração na elaboração, organização e execução das ações de extensão 1 e 3. Participação no grupo de estudos com apresentação de temas;</p> <p>Colaboração na produção de materiais informativos resultante das ações extensionistas.</p> <p>Colaboração na divulgação nas redes sociais das ações de extensão e materiais informativos decorrentes dessas;</p> <p>Participação na construção da acessibilidade dos participantes nas ações 1 e 3, garantindo o direitos das pessoas com deficiência;</p> <p>Participação nas avaliações sobre as ações</p>

Grupo de Estudos em Antropologia e Deficiência	GEAD/ UFRGS	Externa à IES	Outros	Colaboração na elaboração e execução das ações 1 e 3.
Coletivo Pacto pela Neurodiversidade	CPN	Externa à IES	Outros	Colaboração na elaboração e execução da ação 1.
Laboratório de Educação Inclusiva	LEdI/ UDESC	Interna à IES	UDESC - CEAD - DPAD	Colaboração na elaboração, organização e execução das ações de extensão. Colaboração na produção de materiais informativos resultante das ações extensionista. Participação em evento de extensão para socialização das ações, Colaboração na elaboração, organização e execução das ações de extensão; Colaboração na divulgação nas redes sociais das ações de extensão e materiais informativos decorrentes dessas; Participação na construção da acessibilidade dos participantes nas ações de extensão, garantindo o direitos das pessoas com deficiência; Participação nas avaliações sobre as ações.
Núcleo de Estudos sobre Deficiência	NED/ U FSC	Externa à IES	Instituição Governamental Federal	Colaboração na divulgação das ações de extensão; Participação nas ações de extensão 1, 2 e 3; Colaboração elaboração e na organização das ações de extensão 2. Colaboração na produção de materiais informativos resultante das ações extensionistas. Participação nas avaliações sobre as ações.

Laboratório de Mídia e Conhecimento	LabMídia - UFSC	Externa à IES	Instituição Governamental Federal	Colaboração na divulgação das ações de extensão; Colaboração e participação na ação de extensão 3 e na confecção do material informativo;
Western University	UWO	Externa à IES	Outros	Assessoria e participação na comissão organizadora da ação 3 pela profª. Dra. Pamela Block.
Associação Brasileira de Ação por Direitos das Pessoas com Autismo	Abraças	Externa à IES	Organização Não Governamental (ONGs/OSCIPs)	Colaboração na elaboração, organização e execução das ações de extensão 1 e 3. Participação no grupo de estudos com apresentação de temas; Colaboração na produção de materiais informativos resultante das ações extensionistas. Colaboração na divulgação nas redes sociais das ações de extensão e materiais informativos decorrentes dessas; Participação na construção da acessibilidade dos participantes nas ações 1 e 3, garantindo o direitos das pessoas com deficiência; Participação nas avaliações sobre as ações.
Laboratório Tecendo Saberes e Fazeres no Campo da Educação Sexual Emancipatória	LabTeias	Interna à IES	UDESC	Realização de ação intercentro
Núcleo de Acessibilidade Educacional	NAE	Interna à IES	UDESC - PROEN - CEG/PROEN	Colaboração nas questões de acessibilidade das ações de extensão para a garantia do direito de todos os partícipes.

<p>Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência</p>	<p>CFHK</p>	<p>Externa à IES</p>	<p>Outros</p>	<p>Colaboração na elaboração e na divulgação das ações de extensão; Participação nas ações de extensão 2 e 4; Participação na elaboração e organização da ação de extensão 2. Colaboração na produção de materiais informativos resultante das ações extensionistas. Participação na construção da acessibilidade dos participantes na ação 2 e 4, garantindo o direitos das pessoas com deficiência. Participação nas avaliações sobre as ações.</p>
<p>Núcleo de Acessibilidade do Centro de Educação a Distância</p>	<p>NAC/C EAD</p>	<p>Interna à IES</p>	<p>UDESC - CEAD - OT</p>	<p>Colaboração nas questões de acessibilidade das ações de extensão; Participação no planejamento e execução da ação 3; Apoio na divulgação das ações de extensão.</p>

1.5 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento:	Ciências Humanas » Educação » Tópicos Específicos de Educação » Educação Especial
Área Temática Principal:	Educação
Área Temática Secundária:	Direitos Humanos e Justiça
Linha de Extensão:	Grupos sociais vulneráveis

1.6 Descrição da Ação

Resumo da Proposta:

A inclusão é um direito que requer conhecimento e ações anticapacitistas. É impossível pensar na extensão numa perspectiva inclusiva sem que ela seja efetivamente emancipatória. Nesse sentido, esse programa vinculado ao Laboratório de Educação Inclusiva do CEAD/UDESC propõe 4 ações: 1) Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da neurodiversidade no

espaço acadêmico; 2) Curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com deficiência; 3) Diálogos Formativos: Estudos da Deficiência e Autismo - Etapa II e 4) Curso online Reflexões sobre uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva. Tem como objetivo contribuir na formação e qualificação de profissionais da educação e de diversas áreas, de acadêmicos de graduação e pós-graduação da UDESC e de outras Instituições, assim como da comunidade em geral. Todas as ações foram construídas com as pessoas com deficiência e a partir das demandas desse grupo. Os Estudos sobre Deficiência e os Estudos Feministas trazem significativas contribuições para pensar a inclusão das pessoas com deficiência como uma questão de direitos humanos e de justiça social, base constitutiva de todas as ações propostas. Visando a indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa, propõe-se envolver os parceiros nacionais e internacionais (professores, estudantes de graduação e pós-graduação, membros de associação, etc.) de diferentes instituições nas ações com a comunidade em geral. Além de promover a constituição de redes comunitárias e interinstitucionais, também contribuirá com a internacionalização da UDESC e para o empoderamento das pessoas com deficiência, a construção de uma cultura do respeito às diferenças e de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Palavras-Chave:

Extensão Emancipatória, Autismo, Inclusão, Estudos da Deficiência, Educação e Sexualidade

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

As ações 1 e 3 do Programa, que são voltadas para o grupo de pessoas autistas, decorrem do avanço de uma pesquisa doutoral da coordenadora sobre acessibilidade para o estudante autista no ensino superior, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (março/2016- março/2020), a partir da qual foram realizadas em 2020/2022 ações de extensão no “Programa Estudos sobre deficiência: autismo em debate”. Em decorrência desse programa se constituiu uma rede de pessoas com e sem deficiência de diferentes regiões brasileiras e nacionalidades. O amadurecimento desse programa oportunizou a construção do programa de extensão para 2022-2023, de forma emancipatória e a partir das demandas de grupos sociais de pessoas com deficiência, além de contar com a articulação em rede com projetos de outras instituições, a exemplo do projeto “Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica” (UFVJM) e o projeto em produção pelo Coletivo Pacto pela Neurodiversidade, constituído por pesquisadores de pós-graduação da UnB.

Ainda em relação à Ação 1, o Pacto pela Neurodiversidade surgiu em decorrência das percepções dos pesquisadores componentes deste Coletivo durante o desenvolvimento de suas pesquisas individuais. Cada pesquisador investigou fenômenos diferentes relacionados (e em parceria com) ao autismo e identificaram a grande prevalência de práticas capacitistas nas pesquisas tradicionais com esse público, tanto em termos teóricos quanto de coleta de dados. As práticas tradicionais são tipicamente feitas de forma verticalizadas, em que um ou mais pesquisadores entra(m) como a pessoa que se propõe a ‘desvendar’ o universo autista. Em nossas pesquisas, buscamos relações horizontais e de trocas constantes, em que as pessoas autistas participam de todo o processo de discussão e construção de ações, sendo, portanto, pesquisadores parceiros. Dessa forma, as pesquisas que se iniciaram com temas diversos acabaram por convergir em uma nova pesquisa com foco na investigação de práticas capacitistas e na busca por transformações nessas práticas. Além de ações ligadas ao Projeto “Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica”, como oficinas de debate sobre os processos de inclusão e permanência de autistas na Academia, por meio de reuniões com a ABRAÇA, o projeto de elaboração de um Pacto pela Neurodiversidade foi posto em prática com um grupo de pós-graduandos do curso de psicologia da UnB. A ideia do presente projeto, a partir do segundo ano da ação 1, é a divulgação e implementação deste Pacto. A ação 2, também decorre de uma rede formada pela extensão no biênio anterior e tem uma proposta emancipatória e voltada às demandas do coletivo de pessoas com deficiência. A partir do aprofundamento dos pontos trazidos no Guia produzido pelo Coletivo Feminista Helen Keller, pretende-se acender debates na academia sobre os direitos relativos às mulheres com deficiência. Protagonizadas por elas, o curso pretende continuar a distribuir conhecimento sobre o tema, formando redes que podem auxiliar no exercício da cidadania. Tal qual as outras ações, a ação 4, que é intercentro, também conta com a participação de pessoas com deficiência, só que esta traz uma proposta interseccional de deficiência e gênero.

A partir desse Programa, intenta-se cumprir todos os objetivos da extensão universitária da UDESC. Deste modo, descrevemos a seguir, de forma sintética sua contribuição em cada um dos objetivos:

- 1) “Proporcionar uma formação acadêmica-cidadã ao estudante da UDESC”. As ações contarão com a participação de estudantes da graduação e da pós-graduação da UDESC, tanto na elaboração e execução do projeto, quanto como participantes nas ações.
- 2) “Fomentar a interação entre a universidade e a sociedade com ações transformadoras capazes de promover soluções aos problemas locais, regionais e nacionais advindos da sociedade”. O programa numa proposta de extensão emancipatória partirá das demandas da sociedade organizada em coletivo e/ou associações de pessoas com deficiência para juntos pensar soluções para os problemas apresentados, tendo a extensão como transformadora da realidade.
- 3) “Incentivar ações cujo desenvolvimento possibilite a interação intercultural e inter, multi e transdisciplinar entre profissionais e setores da universidade e da sociedade”. O referido programa contará com a parceria interna em ação de extensão intercentro (FAED/CEAD), bem como com outras instituições (ABRAÇA, Coletivo Feminista Helen Keller, GEAD-UFRGS, profissionais e/ou estudantes da graduação e pós-graduação de diferentes IES (UFSC e UFVJM, UFRGS, UnB, UFPB, WU) de diferentes áreas, do Coletivo Pacto pela Neurodiversidade, de membros do Comitê de Acessibilidade OAB/SC, etc.) garantindo a interação inter, multi e transdisciplinar entre profissionais da UDESC e outras Instituições e a sociedade.
- 4) “Possibilitar o acesso ao conhecimento produzido pela universidade, contribuindo para minimizar as diferenças e desigualdades sociais e regionais”. As ações terão como base teórica, dentre outras, produções dos membros professores e pesquisadores (como, por exemplo, o livro resultado de ação de extensão do LEdl, intitulado “Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social”) e estudos feitos pela coordenadora e seus membros internos (publicados em livros organizados por servidoras da UDESC e em periódicos)
- 5) “Promover a qualificação das ações extensionistas da UDESC, articulando-as e mantendo intrínseca relação com as atividades de Ensino e de Pesquisa”. O programa estará articulado com as disciplinas de graduação como Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (CEAD/UDESC) e da pós-graduação como Estudos da Deficiência na Educação, bem como uma das ações surge de uma proposta de pesquisa denominada “Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica” e terá articulação com projeto de pesquisa elaborado pela coordenadora do programa construído na/pela ação extensionista. Da mesma forma, a atividade extensionista será continuamente avaliada, através de acompanhamento, monitoramento e/ou avaliação, visando o aperfeiçoamento em suas características essenciais de articulação com o Ensino e a Pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do servidor(a), a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e outras dimensões acadêmicas e administrativas.
- 6) “Possibilitar ações de Extensão interdepartamentais, intercentros, interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias”. Ao formar uma rede com instituições nacionais (ABRAÇA, Coletivo Feminista Helen Keller, University Western, UFSC, GEAD-UFRGS, etc.) e núcleos/laboratórios internos (LabTeias/FAED e LEdl/CEAD), com a participação de profissionais de várias instituições nacionais e internacionais, possibilita uma parceria contínua e promove a interação intercultural e multidisciplinar entre profissionais e os diferentes setores e a sociedade.
- 7) “Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional”. O programa conta com parceria de instituições internacionais, garantindo a cooperação e formação de rede internacional, contribuindo com o processo de internacionalização da UDESC.
- 8) “Promover ações articuladas com os órgãos de fomento e de estímulo às políticas públicas voltadas ao atendimento de necessidades relacionadas com as áreas temáticas da Extensão”. O programa ao realizar ações acessíveis e voltadas principalmente à pessoas com deficiência, será um estímulo à implantação e ao aprimoramento de políticas públicas. Apesar de no momento não articular com órgãos de fomentos externos, essa rede possibilitará futuras ações articuladas com esses órgãos.
- 9) “Contribuir com a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que conciliem métodos de proteção ambiental, eficiência econômica e justiça social”. Ao reconhecer a necessidade de oportunizar o lugar de fala a um grupo tão marginalizado quanto o de mulheres com deficiência e outros invisibilizados e desconsiderados como as pessoas com deficiência vai nos permitir ampliar a busca por justiça social e a inclusão dessas mulheres em lutas diversas dentro do objetivo maior

de promover uma sociedade mais sustentável e igualitária.

10) “Planejar e executar as ações de Extensão considerando os princípios inclusivos voltados à minimização das desigualdades sociais, ao combate às formas de preconceitos, violência e desrespeito às diferenças individuais e coletivas”. O referido Programa é construído de forma emancipatória com grupos de pessoas com deficiência e tem uma proposta anticapacitista e inclusiva e, assim, todas as ações do programa foram planejadas a partir dos princípios inclusivos voltados à acessibilidade, minimização das desigualdades sociais, combate a todas as formas de violência para com a pessoa com deficiência.

11) “Mobilizar permanentemente a comunidade universitária para o debate e o envolvimento com a Extensão na UDESC”. O programa será apresentado e discutido com a comunidade universitária no Encontro de Extensão do CEAD/UDESC, bem como envolve estudantes de graduação e pós-graduação do CEAD/UDESC e está articulado com a disciplina do Curso de Pedagogia a Distância (CEAD/DESC) e de Pedagogia (FAED/UDESC)

12) “Fazer permanente articulação entre a Política de Extensão da UDESC e àquelas dos fóruns de ideias e debates da Extensão Universitária”. O programa produzirá conhecimento que contribuirá com a qualificação de políticas públicas.

13) “Incorporar a Extensão Universitária como componente curricular”. O caráter de público aberto e amplo, contemplará os estudantes de graduação e pós-graduação da UDESC proporcionando uma complementação em sua formação.

1.6.1 Justificativa

De acordo com dados do Censo Universitário de 2019, o percentual de pessoas com deficiência incluídas no ensino superior equivale a 0,5% do total - sendo, em números, este montante referente a 50.683 matrículas de graduação (Censo Superior da Educação 2019/Inep). Este dado representa uma defasagem em relação ao quantitativo total de pessoas com deficiência no Brasil, o qual, considerando a revisão Grupo de Washington (GW) de Estatísticas sobre Deficiência (vinculado à Comissão de Estatística da ONU), é fixado em 6,7% da população nacional. Este cenário se dá a despeito da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que prevê este segmento como beneficiário de reserva de vagas na política de cotas no ensino superior em igual proporção ao identificado junto aos censos do IBGE.

Esta proposta de extensão surge, portanto, da percepção de um senso de urgência acerca do debate sobre acesso, educação e inclusão através das lentes da deficiência e da neurodiversidade humana, as quais denunciam a necessidade de questionarmos e repensarmos o modelo capacitista-produtivista excludente e tão presente em nossa sociedade. O capacitismo, pensado enquanto os preconceitos com relação às pessoas com deficiência, mas também como uma estrutura de opressão que como efeito produz a exclusão das pessoas com deficiência (Dias, 2013; Mello, 2016; Gesser, Block & Mello, 2014), torna-se neste programa um dos principais obstáculos a ser combatido para promoção da inclusão de fato desta camada da população.

Neste sentido, torna-se central uma ação que entenda a inclusão como um direito que requer conhecimento e ações anticapacitistas e emancipatórias. Está em pauta aqui o desenvolvimento de uma ideia e de uma prática de inclusão em diálogo com uma concepção de acessibilidade pautada no desenho universal de forma minuciosa e focada nas barreiras enfrentadas por essas pessoas em suas lutas por participação social.

O momento atual exige ações proativas e de empoderamento das pessoas com deficiência, em que não podemos mais deixar a inclusão no campo das ideias, pois ela precisa ser parte da prática cotidiana e, tão pouco continuar a promover práticas e pesquisas que se propõem a “falar pelas pessoas com deficiência”, mas construir juntos e possibilitar sua participação e fala própria. Nesse sentido, queremos contribuir para a construção de uma cultura do respeito às diferenças e de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Sabemos que as barreiras produzem desvantagem às pessoas com deficiência nos diversos espaços e para romper com elas propomos as ações 1, 2 e 3, na proposição de construir ações anticapacitistas no ensino superior e fora dele. No que se refere às pessoas autistas, alguns autores (Arai & Nuernberg, 2016; Klin, 2006; Nevill & White, 2011; Nunes & Araújo, 2011) abordam as barreiras, dificuldades e necessidades dos estudantes autistas no processo acadêmico, relacionadas ao ingresso e adaptação no Ensino Superior, às interações sociais, aos aspectos psicológicos, aos aspectos fisiológicos; assim como às

dimensões metodológicas, atitudinais, comunicacionais, dentre outras. Considera-se importante a formação de todo o corpo acadêmico e de profissionais de diferentes contextos, bem como da comunidade em geral para eliminar as barreiras e incentivar, promover e fortalecer ações inclusivas.

Deste modo, um dos focos desta proposta é priorizar o combate às barreiras encontradas no processo acadêmico dos estudantes com deficiência. Além disso, as ações devem ser pensadas de modo horizontal e tendo a interdependência como um pressuposto, ou seja, uma construção conjunta entre as pessoas envolvidas, evitando e combatendo posturas nas quais o direito de narrar é distribuído assimetricamente. Nesse sentido, queremos contribuir para a construção de uma cultura do respeito às diferenças e de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

A constatação, por parte da rede de pessoas autistas participantes deste projeto, é de que os conhecimentos e habilidades necessários para a sua inclusão e permanência na Academia vão além de um conjunto de saberes teórico-metodológicos a serem apreendidos por estas pessoas. As formas diversas de comunicação e interação social de pessoas autistas acabam por esbarrar em um espaço universitário permeado por linguagens, etiquetas e códigos de conduta plenos de não-ditos e processos burocráticos excludentes. Neste sentido, esta ação contribui no sentido de agir tanto na transformação do espaço universitário para o acolhimento e o acesso das diversas formas de ser-estar no mundo, quanto para instrumentalizar as pessoas autistas para o enfrentamento das barreiras encontradas nos processos de inserção na Academia. Por um lado, visa a produzir e difundir um conhecimento aprofundado sobre as formas neurodiversas de viver, interagir e sentir no mundo, a partir das concepções que as próprias pessoas neurodivergentes têm de si, transformando a Universidade em um espaço mais plural e acolhedor das diferenças; e, por outro lado, se propõe a construir um espaço seguro e inclusivo de aprendizado dos letramentos e práticas universitárias a partir da troca de experiências entre pessoas já inseridas na Academia e aquelas que desejam seguir uma carreira universitária. Nesse sentido, as ações 1 e 3 terão como palco debates sobre neurodiversidade, oficinas de escrita de projetos de pesquisa e demais produções dos participantes, assim como rodas de conversa sobre processos de seleção em pós-graduações. No segundo ano do projeto, tais ações comporão um material ético-prático para fundamentação de um Pacto pela Neurodiversidade, composto por itens que direcionam ações e práticas anticapacitistas, a ser amplamente difundido na UDESC e nas Universidades e organizações parceiras deste projeto. Tais ações são fundamentais para que a Universidade se transforme em uma Pluriversidade, para que perceba a riqueza da diversidade de formas de pensar, agir e sentir para produção de conhecimentos.

Para complementar as ações na perspectiva inclusiva, outra ação importante que compõe o programa é a ação 4 que objetiva dialogar a respeito de uma educação sexual emancipatória e inclusiva, em articulação com os estudos feministas da deficiência, visando a formação de diferentes profissionais.

Entendemos que a Sexualidade humana nos constitui e adentramos os espaços educativos com nossos corpos sexuados, com a carga de valores e significados historicamente construídos, elaborados de gerações a gerações e apropriados por nós com relação a esta rica dimensão humana. Melo e Pocovi (2002) alertam que somos sempre educadores e educadoras sexuais uns dos outros, umas das outras. Porém, precisamos identificar a educação que realizamos nos espaços educativos formais e não-formais? Dialogar sobre a educação sexual que efetivamos é também podermos identificar e problematizar o paradigma que direciona nossas práticas. Será que estamos em nossas ações educativas endossando um paradigma repressor? Ou estamos considerando sujeitos sexuados em uma perspectiva não inclusiva e que caminha na direção oposta da efetivação da igualdade, ou mesmo na negação das diferenças que nos constituem sujeitos sexuados? Diante dessas possibilidades que acontecem por meio de lógicas excludentes, por meio de equívocos e mesmo em situações de perpetuação de violências e preconceitos é que se faz necessário refletir, por meio de diálogos intencionais, sobre uma Educação Sexual pautada em um paradigma emancipatório e atrelada a perspectiva de uma educação inclusiva.

As contribuições dos Estudos Feministas à perspectiva do modelo social da deficiência nesta área trazem significativas contribuições para pensar a inclusão das pessoas com deficiência como uma questão de direitos humanos e de justiça social, base constitutiva de todas as ações propostas. Promover a transformação social a partir de uma reflexão teórico-prática dos Estudos da Deficiência obrigatoriamente implica pensar na extensão numa perspectiva inclusiva efetivamente emancipatória, ou seja, que promova a participação horizontalizada e o empoderamento de todas as pessoas envolvidas nas suas ações,

agindo como mediadora e facilitadora na busca por inclusão e direitos de cidadania de seu público-alvo. Nesse sentido, esse programa vinculado ao LEDI-Laboratório de Educação Inclusiva do CEAD/UDESC propõe que as pessoas com deficiência sejam partícipes da elaboração e construção das ações propostas, as quais surgiram de demandas dos coletivos representativos desse grupo. Tal proposta foi, inclusive, colocada em prática na produção coletiva deste texto, o qual contou com uma escrita colaborativa de vários parceiros com e sem deficiência deste projeto, com participação principalmente dos membros da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA), do Projeto Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica, do Coletivo Pacto pela Neurodiversidade e do Coletivo Feminista Helen Keller.

Tendo em vista a indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa, propõe-se envolver os parceiros destas ações de extensão com a comunidade em geral e os estudantes de graduação e pós-graduação da UnB, através da ação “Pacto pela Neurodiversidade”, e da UDESC, através da articulação dessa proposta com as disciplinas de “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” e ‘Tópicos em Pedagogia – Estudos da Deficiência e suas Interseções’. Esta rede de trocas e aprendizados contará com a articulação entre as pesquisas dos organizadores e as dos parceiros da proposta, como por exemplo, o projeto de pós-doutorado da antropóloga Valéria Aydos, em coprodução com pessoas autistas, sobre “Políticas Públicas, Autismo e suas Interseccionalidades”; e o projeto de pesquisa emancipatória ‘Traduzir-se: Autismo em primeira pessoa na prática acadêmica’, coordenado pelos professores Luiz Henrique Magnani e Gustavo Rückert, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além de prever a proposição de novas pesquisas com os participantes. Neste sentido, além de promover a constituição de redes comunitárias e interinstitucionais, esta ação de extensão também contribuirá com a internacionalização da UDESC, através da parceria com a Instituição de Ensino Superior estrangeira Western University, representada pela professora Pâmela Block, uma das pioneiras nos Estudos da Deficiência no Brasil.

A partir desta constituição e perspectivas, esse programa de extensão objetiva contribuir na formação e qualificação de profissionais da educação e de diversas áreas, de acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação da UDESC e de outras Instituições de Ensino Superior, assim como da comunidade em geral interessada nas temáticas apresentadas que tem como base os Estudos sobre Deficiência, Estudos Feministas da Deficiência e suas interseções. O programa será composto por 4 ações: Ação 1: Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da neurodiversidade no espaço acadêmico; Ação 2: Curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com deficiência; Ação 3: Grupo de estudos Diálogos Formativos: Estudos da Deficiência e Autismo - Etapa II e Ação 4: Curso online Reflexões sobre uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva. Ao considerar todos esses aspectos, acredita-se que esse programa de extensão contribua, também, para o empoderamento das pessoas com deficiência, a construção de uma cultura do respeito às diferenças e de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

1.6.2 Fundamentação Teórica

Este programa, como toda produção interdisciplinar, é inspirado por diversas correntes e áreas de produção do conhecimento. No entanto, todos colaboradores compartilham de uma concepção de inclusão com base na equidade de direitos e de uma perspectiva crítica, decolonial e emancipatória sobre os estudos da deficiência, o autismo e a sexualidade.

Sendo a produção horizontalizada, decolonial e emancipatória de conhecimento um dos objetivos deste projeto, discutiremos provisoriamente sobre alguns pressupostos e categorias que julgamos interessantes como ponto de partida para a implementação da proposta.

Deficiência, inclusão e justiça social

A inclusão é conceituada como um processo em constante evolução que tem como fundamento a justiça social, refletindo um comprometimento com as questões sociais do acesso e da equidade (Valle, Jan W.; Connor, 2014). O processo de inclusão inicia no Brasil, após uma série de políticas públicas, principalmente na década 1990, no sentido de fomentar a participação das pessoas com deficiência no ensino regular infantil e fundamental, a fim de possibilitar posteriormente a sua inclusão no ensino

superior.

Em termos de legislações e ações governamentais, apesar de atualmente enfrentarmos tentativas de retrocesso, o Brasil teve avanços consideráveis na pauta das pessoas com deficiência, com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (n. 13.146, de 2015) intrinsecamente ligada à Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), a qual adquire status constitucional no Brasil. No entanto, mesmo com os avanços, há lacunas entre o marco legal e a garantia e a efetivação destes direitos.

Com aporte no modelo social da deficiência, entende-se a deficiência como toda e qualquer forma de desvantagem resultado da relação/interação do corpo com lesão (limitação funcional) e a sociedade/ambiente (Diniz, 2003; Gabel & Connor, 2008; Oliver, 2009), tendo como decorrência desta perspectiva a ideia de que são as barreiras que produzirão as desvantagens na interação corpo/sociedade. A deficiência deve ser concebida, então, como uma forma natural de variação humana, parte da diversidade humana e não uma característica indesejada que tem que ser curada ou corrigida (Gabel & Connor, 2008; Gilson & Depoy, 2000).

Propomos que o debate sobre acesso, trabalho e inclusão seja concebido através das lentes da deficiência, a qual denuncia o modelo capacitista-produtivista excludente e tão presente em nossa sociedade. Este projeto traz uma contribuição para esta reflexão que vai além de binarismos analíticos como inclusão/exclusão ou acessível/não-acessível.

Especificamente em tempos de pandemia do Coronavírus, pensamos a inclusão e a acessibilidade nas complexidades presentes nas interações 'on-off line' de pessoas com as mais diversas deficiências. Entendemos, então, a acessibilidade, em diálogo com Anahí Guedes de Mello, Marco Gavério; Olívia Von der Weid e Valéria Aydos (in ABA; ANPOCS, 2020), como um arranjo coproduzido por uma variedade de tecnologias informacionais, sociais e humanas cujos efeitos vão além da constatação simplista de implementação ou não de modelos de gestão. Está em pauta aqui a ideia defendida por estes autores de refletirmos sobre a inclusão em diálogo com uma concepção de acessibilidade pautada no desenho universal de forma minuciosa e focada nas barreiras enfrentadas por estas pessoas em suas lutas por participação social. Tal perspectiva evidencia a dificuldade de reconhecermos que todos temos corpos e mentes com habilidades particulares e inconstantes e nos incita a lutar contra os significados histórico-políticos dos pensamentos binários simplistas que nos categorizam como deficientes/não-deficientes, doentes/saudáveis e normais/anormais.

Nossa reflexão tem como inspiração os estudos em Disability Studies, Feminist Disability Studies, Disability Justice e Crip Theory, ou "Teoria Aleijada" (McRuer, 2006; Kafer, 2013; Mello & Gavério, 2019; Gavério, 2015), os quais recusam estas dicotomias e reivindicam o "aleijamento" das teorias da diferença. Aleijar as práticas é reconhecer as responsabilidades éticas, epistêmicas e políticas do questionamento de todas as condições preexistentes sob as quais todos nós vivemos; e perceber que esse aleijamento beneficia também àqueles que não estão interessados ou investidos nessa transformação.

Neurodiversidade, inclusão e pesquisa emancipatória

No contexto dos estudos críticos de deficiência, o movimento auto-representativo de pessoas com deficiências passou a questionar as motivações sociais pelas quais determinadas condições - dentre elas, o autismo - foram colocadas na anormalidade patológica. A pergunta fundamental para estes sujeitos são as seguintes: O que torna o autismo uma patologia? Enquanto qualificado como tal, o autismo não será inevitavelmente uma condição – embora incorrigível – marcada pela busca de sua cura? São esses os questionamentos que levam os defensores da neurodiversidade a levantarem a bandeira do orgulho autista, segundo a qual ser autista significa apenas mais um modo de existir no espectro de variações humanas possíveis. Esta afirmação frequentemente toma forma nas vestes de uma identidade florescente na diversidade, a qual deve ser protegida contra a busca da eliminação das diferenças expressa em posturas pró-cura.

O surgimento do termo "neurodiversidade" no final da década de 1990 remete ao trabalho de Judy Singer intitulado "Why can't you be normal for once in your life? From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference" (Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um 'problema sem nome' para o surgimento de uma nova categoria da diferença). A motivação para nomear o então insurgente movimento de sujeitos que se identificavam como possuidores de uma "conexão"

cerebral diferente veio, de acordo com a autora, de uma insatisfação com a objeção do modelo social à “ciência, medicina e biologia” (SINGER, 2016). Estes sujeitos neurodivergentes acreditavam incorporar uma diferença cerebral, que demanda tanto respeito quanto diferenças raciais, sexuais e de gênero. Para tanto, se tornava necessário uma despatologização do autismo, com sua conseqüente retirada dos manuais diagnósticos psiquiátricos – do mesmo modo que outras diferenças, como a homossexualidade, foram despatologizadas na segunda metade do século XX (JAARSMA, WELLIN, 2012; ORTEGA, 2009; HUGHES, 2021). É nesse sentido que a neurodiversidade representa o que Hacking chama de “rebelião das pessoas do tipo”, as quais tomam os tipos humanos das mãos dos cientistas que os monopolizaram inicialmente (HACKING, 1995, p. 359-360).

O movimento da neurodiversidade – pelo menos inicialmente – teve forte influência de teóricos que consideravam a possibilidade de afirmação positiva da deficiência enquanto uma identidade, fornecendo esta percepção uma base para as reivindicações por igualdade e por inclusão. Denotam-se, nesse sentido, Swain e French, que entendem que a afirmação da deficiência como uma identidade positiva é um modo de repudiar ativamente a normalidade, ressignificando não apenas o conceito de deficiência, mas também o valor da vida de uma pessoa com deficiência (2000, p. 578). Eles se inspiram nas políticas de identidade, que têm sustentado as lutas de evidenciação e de positividade da diferença comuns à segunda metade do século XX. Em sendo reconhecido como uma identidade, impregnada na personalidade do indivíduo, o autismo não é algo que a pessoa tem, mas sim algo que ela é.

A neurodiversidade, enquanto legenda no movimento social e como tônica de uma nova ética de acessibilidade, tem recebido críticas diversas - às quais serão também problematizadas nesse programa. De acordo com Russell, as principais críticas à neurodiversidade são às seguintes: (1) subrepresentatividade dos neurodivergentes “menos funcionais”; (2) reducionismo a partir de entendimentos cerebralizantes e geneticizantes acerca do autismo; (3) fixação da medicalização como âmbito de certificação de uma identidade autista (2020). Uma das respostas a tais críticas emerge do próprio movimento neurodiverso, que engatinha argumentos contra a opção à bandeira. Nesse sentido, pode-se entender, sobre o primeiro ponto, que o fato de existirem menos teóricos acadêmicos com maiores demandas de apoio no campo dos estudos e no ativismo autista neurodiverso é tão somente uma prova da falta de acessibilidade de tais espaços de participação social (DEN HOUTING, 2019).

Dessa forma, considerando a matriz conceitual que fundamenta os estudos de neurodiversidade, bem como as críticas a ela voltadas, o projeto articula esta como uma chave teórica que organiza tensões relevantes sobre representatividade e funcionalidade. Por esta via, pensar a partir da neurodiversidade significa, igualmente, validar modos de existir considerados divergentes como passíveis de fixação das situacionalidades. Tais existências ciborgues, aleijadas, situadas, corporificadas e des-essencializadas nos fazem rever tanto a comoditização teórica conduzida pela academia em relação ao autismo (RUNSWICK-COLE, MALLETT, 2012), quanto reavaliar o lugar do impedimento como o lado objetivo e neutro da dicotomia lesão-deficiência (GAVÉRIO, 2017).

Autismo, Conhecimento e Decolonialidade

Em diálogo com os estudos críticos da deficiência, entendemos o autismo como parte da diversidade humana, como um marcador da diferença que se faz minoria social por encontrar barreiras que dificultam ou impedem a participação plena destas pessoas na sociedade. Ao entendermos o autismo como expressão da neurodiversidade, despatologizamos as pessoas autistas e deslocamos a análise para as interações sociais que configuram sua exclusão.

Com relação à busca por direitos, a partir da aprovação da Lei nº 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reconhece o autismo como deficiência para todos os fins legais, se coloca a possibilidade de acesso às políticas públicas e sociais, e percebe-se uma maior visibilidade das demandas desta camada da população.

Percebe-se que optamos aqui por não trazer o dito “conceito de autismo”. Esta atitude é proposital no sentido de deixar em aberto um espaço em disputa e (ainda) dominado pelo campo biomédico de conhecimento. Tal debate pauta uma problematização sobre a flexibilidade e a complexidade da sua produção como um “diagnóstico clínico” e situado em um espectro altamente diversificado, assim como sobre essa condição ser considerada uma deficiência e/ou uma neurodiversidade, uma “maneira diversa de ser e estar no mundo” (Aydos, 2019).

Para as Ciências Humanas, o autismo, como uma “categoria perigosa” nas palavras de Rosenberg (2018), configura-se como um espectro no qual encontram-se sujeitos diversos, com diferentes maneiras de viver e corporificar os “seus autismos”, e que são entendidos a partir do nível de suporte que necessitam para levarem suas vidas cotidianas.

No meio acadêmico, no entanto, pelo menos no Brasil, há pouca produção de pessoas autistas a respeito da temática. Em Magnani (2020), a pergunta “pode a pessoa autista se comunicar?” busca colocar em pauta essa ausência, em remissão a, principalmente, duas outras discussões. Luiz Henrique Magnani, autista e parceiro neste projeto, recupera algumas reflexões de Spivak (1998) a respeito de armadilha posta para pessoas consideradas subalternas, uma vez que as falas suas tendem a ser sistematicamente desconsideradas independente das estratégias utilizadas para se fazer ouvir. Chamamos a atenção para o que ponderam Milton e Bracher (2013) também, quando os autores observam a exclusão estrutural de vozes autistas em processos de construção de conhecimento acadêmico. Ao articular essas duas questões, havia um intuito de problematizar visões contemporâneas de linguagem e autismo, entre as quais aquela que distribuía autistas como objetos de investigação a serem analisados e relatados em terceira pessoa por especialistas – geralmente profissionais da saúde ou educação atravessados pelo modelo biomédico.

De um ponto de vista ontoepistemológico, há a percepção de que o que se sabia e se investigava a respeito de autismo e linguagem era necessariamente atravessado por uma visão específica de ciência, saúde e linguagem, visão moderna que é exportada a outros continentes como um saber verdadeiro, atualizado, ‘de ponta’, pronto para ser consumido e aplicado em nosso território. Essa visão traz como características, sejam centrais, sejam residuais, noções e pressupostos que conflitam com a percepção do que é ser autista encarnada bem como contextualizada pelo coletivo, algo comum a quem faz parte de uma comunidade discursiva em específico.

Seriam alguns exemplos dessas categorias e classificações problemáticas: a hierarquia entre falantes e não falantes; a aceitação de uma sensibilidade sensorial ‘normal’ em relação às quais toda diferença é excesso ou déficit; a presunção de incompetência e o capacitismo encontrados em conceitos como o de ‘cegueira mental’ de Baron Cohen; a aposta moderna na ‘autonomia’ e na individualidade, bem como o julgamento de sujeitos a partir de sua produtividade ou funcionalidade; cisões e dicotomias como mente/corpo; genética/comportamento; normal/déficit. Também é essa ‘história única’ sobre o autismo (Adichie, 2009).

Assim, vale ter em conta que a ciência moderna já foi e continua sendo palco para um conjunto de definições e entendimentos sobre autismo que, além de se mostrarem equivocados ao longo do tempo, têm contribuído para o sofrimento e para atacar a dignidade de autistas. O autismo enquanto esse objeto tornado público por meio de especialistas ligados à saúde e situados em grandes centros econômicos ocidentais, ao gerar a invisibilização e o sofrimento de pessoas autistas ao redor do globo, deve ser lido como objeto epistêmico em uma sociedade que opera a partir de um epistemicídio (Santos, 2018) em relação ao que difere de certas normas, algo próprio da ciência moderna e de uma lógica colonial (Mignolo, 2007). Marcas de colonialidade, portanto, a serem identificadas, interrogadas e interrompidas (Menezes de Souza, Martinez, Diniz de Figueiredo, 2019) e que demandam caminhos de investigação sensíveis a tais questões.

A produção da escrita acadêmica tem de certa forma refletido que não produzimos “sozinhos”. A esse respeito, vale também lembrar o entendimento proposto por Lynn Mario Menezes de Souza em recente diálogo acadêmico, quando menciona que a produção de saber é um ato coletivo e colaborativo mas que não é reconhecido como tal; para nós, trata-se de uma questão ideológica, mais do que uma questão processual. A gente constrói o conhecimento sempre de uma forma supra individual; o resultado pode parecer individual, mas as fontes foram coletivas. (Menezes de Souza; Barros; Oliveira; Saito; Gattolin, 2019, p. 163)

A perspectiva que trazemos aqui conjuga desta ideia de que conhecimento sempre é produzido coletivamente, mas vai além desta produção “entre pares”. Na antropologia, por exemplo, é bastante presente o debate sobre a análise da realidade como produzida de forma relacional e situacional em campo; e a ideia de que categorias são sempre resultantes das interações entre pesquisadores e seus interlocutores não é uma conversa nova. No entanto, reconhecer que a prática acadêmica é necessariamente uma ação interdependente é uma atitude importante e que nos parece trazer algumas

novidades para este debate a partir da influência das contribuições das teorias feministas do cuidado.

Cuidado, interdependência e inclusão

Além da adoção de uma postura decolonial no fazer acadêmico, há uma segunda postura com a qual essa primeira pode se articular, que se dá quando nos preocupamos em ter uma atitude expressa de valorizar o cuidado e a interdependência, que pode se evidenciar, por exemplo, na quebra mais radical das hierarquias de produção de conhecimento entre pesquisador-pesquisado; ou oficinairo e participante. Ou, mais ainda, quando ativamente incorporamos esse entendimento no ato de pesquisar de tal maneira que ele possa inclusive atravessar desde as perguntas a serem feitas, como também os procedimentos pensados para a intervenção. Essa é uma busca que está presente no projeto “Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica”, parceiro deste projeto de extensão, e que adotamos aqui como atividade cotidiana e como postura político-epistemológica.

Assim, seja de modo mais espontâneo, seja de modo programático, em nossas atividades as fronteiras entre técnica e afeto se borram, e vínculos e relações de confiança (o fiar com, tecer com, nas palavras de Olívia von der Weid, 2018) se constroem nas negociações do “bom cuidado” (como o propõe Annemarie Mol, 2012 e tão bem desenvolve etnograficamente Helena Fietz, 2020). Nessa dimensão se torna bastante perceptível uma articulação entre as ideias de acessibilidade e interdependência. Pressupor e nomear a interdependência já existente nos processos acadêmicos de produção e circulação de conhecimentos é uma atitude fundamental inclusive para entendermos que assumir uma postura anticapacitista é, no mínimo, fomentar a acessibilidade, principalmente em sua base mais necessária: a produção de uma “cultura de acessibilidade”, de um ethos calcado na postura do cuidar.

Salientamos, portanto, que são principalmente estas posturas teórico-práticas e políticas que possibilitarão e impulsionarão as experiências deste projeto. Além disso, o engajamento na pesquisa da deficiência e o alinhamento com o movimento da neurodiversidade no Brasil, por exemplo, são fatores centrais tanto no jeito de pensarmos a ciência e a prática de pesquisa mais amplamente, bem como, de modo mais concreto e pautados pelo cotidiano, na forma de buscarmos um fazer acadêmico que se proponha transformador da realidade em que vivemos. Tendo isso por base, somos críticos a modelos capacitistas que preconizam uma “autonomia universitária” baseada em concepções de independência e pró-atividade que chegam a beirar uma “pedagogia do abandono” e que flertam com a ideia de autossuficiência. Também nos posicionamos criticamente, como o fazem de longa data grande parte dos pesquisadores nas ciências humanas e sociais, frente a posturas cientificistas e racionalistas que descartam o engajamento político, a criação de vínculos e o afetar-se (Favret-Saada, 1990) pela realidade vivida por pessoas envolvidas no projeto.

Em suma, propomos trazer, em nossas experiências, o colocar em prática o PesquisarCom, tendo por inspiração esse conceito baseado na perspectiva da interdependência e da pesquisa como mediação, trabalhado por Márcia Moraes e Camila Alves (2019). O engajamento na metodologia do PesquisarCom, o compromisso com a garantia de acessibilidade e a recusa ao capacitismo que hierarquiza as pessoas, nos aproxima do entendimento de César Nunes (1996) de que não existe neutralidade no pesquisador, educador ou oficinairo, uma vez que toda e qualquer intervenção tem implicações políticas, podendo corroborar ou contestar as opressões.

Em vista disso, e do reconhecimento de que todos somos seres sexuados, compreendendo a sexualidade como uma dimensão humana condicionada por aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e históricos, portanto, espaço híbrido entre o individual e o coletivo, alinhamo-nos à Educação Sexual Emancipatória, cujo objetivo último é suplantar as opressões (Figueiró, 2006; Melo, 2011; Nunes; Silva, 2006).

Sexualidade, cidadania e emancipação

O tempo inteiro estamos recebendo e expressando valores, crenças e sentimentos relacionados à vida sexual e às relações entre as pessoas, estamos, pois, inseridos em processos de Educação Sexual, educando e sendo educados, ainda que de modo informal, não intencional e implícito. Assim, consideramos fundamental tomar consciência de tais processos, a fim de identificar atitudes que podem coadunar com a reprodução da desigualdade, da violência e do preconceito sexual e de gênero, queremos propor, ao invés disso, reflexões emancipatórias para o exercício da cidadania e da sexualidade (Figueiró, 1995; Goldberg, 1982; Melo, 2011).

Entendemos que olhar para a sexualidade, desde uma perspectiva emancipatória, requer uma postura combativa e propositora. Combativa, no sentido de denunciar a realidade opressora na qual vivemos. Propositora, no sentido de buscar alternativas que contribuam com a construção da realidade que queremos, qual seja, a que todas as pessoas serão reconhecidas como sujeito e nenhuma como objeto, todos os corpos serão considerados dignos de desejar e ser desejado, ao invés de apenas aqueles que atendem aos ditames do capital e se enquadram nas classificações biomédicas de normalidade (Goldberg, 1982; Nunes, 1996).

Concordamos com Mary Neide Figueiró (1995) em relação ao reconhecimento de que a vivência plena e feliz da sexualidade não depende, exclusivamente, da escolha individual de cada um, pois a experiência pessoal é muito influenciada pela cultura, daí nosso compromisso ético-político com a leitura e transformação da sociedade sexista, classista, racista, capacitista, LGBTfóbica e colonial.

1.6.3 Objetivos

Objetivo geral

Contribuir para a construção de uma cultura inclusiva e anticapacitista a partir de ações emancipatórias com pessoas com deficiência.

Objetivos específicos:

- Oportunizar a participação ativa das pessoas com deficiência na construção e execução de ações que minimizem as desigualdades sociais e contribuam na construção de ações anticapacitistas e de uma cultura inclusiva;
- Formar uma rede de profissionais nacionais e internacionais de diferentes áreas para a construção de um debate aprofundado sobre os Estudos da Deficiência, os Estudos Feministas da Deficiência e os Estudos Críticos da Neurodiversidade;
- Divulgar o conhecimento produzido pela universidade em parceria com outras IES e a comunidade, contribuindo para informação e formação de públicos nacionais e internacionais para a inclusão e o anticapacitismo.-Promover a articulação e qualificação das ações de extensão com o Ensino e a Pesquisa da UDESC;
- Contribuir para a compreensão e a visibilidade da perspectiva da neurodiversidade na compreensão do autismo e outras condições psicossociais;
- Promover a produção de conhecimento sobre autismo e neurodiversidade, assim como a inclusão de pessoas autistas no Ensino Superior e fomentar a adesão universitária ao Pacto pela Neurodiversidade nas práticas acadêmicas;
- Dialogar a respeito de uma educação sexual emancipatória e inclusiva, em articulação com os estudos feministas da deficiência.

1.6.4 Metodologia e Avaliação

Este programa de extensão tem como metodologia a realização de leituras, exposições de conteúdo e debates sobre as mais diversas produções acadêmicas e ativistas sobre as temáticas da deficiência, da neurodiversidade e da educação e sexualidade emancipatória, além da realização de rodas de conversa e oficinas de escrita acadêmica a serem disponibilizadas na plataforma Moodle na UDESC. Tais atividades se darão por meio de interações online, síncronas e assíncronas, que possibilitem a acessibilidade comunicacional, sensorial e temporal das mais diversas pessoas com e sem deficiência, assim como falantes de idiomas diferentes. Pensamos essas interações a partir de uma perspectiva teórico-prática que vai além de binarismos analíticos como inclusão/exclusão ou acessível/não-acessível, e pense as complexidades presentes nas interações 'on-off line' de pessoas com as mais diversas deficiências. Entendemos, então, a acessibilidade, em diálogo com Anahí Guedes de Mello, Marco Gavério, Olívia Von der Weid e Valéria Aydos (in ABA; ANPOCS, 2020), como um arranjo coproduzido por uma variedade de tecnologias informacionais, sociais e humanas cujos efeitos vão além da constatação simplista de implementação ou não de modelos de gestão.

A seguir especificamos os procedimentos particulares de cada ação:

Ação1: Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da

neurodiversidade no espaço acadêmico

Carga Horária: 40 horas por ano (totalizando 80 horas).

Objetivo: Promover a produção de conhecimento sobre autismo e neurodiversidade, assim como a inclusão de pessoas autistas no Ensino Superior e fomentar a adesão universitária ao Pacto pela Neurodiversidade nas práticas acadêmicas.

Inscrição: de 10/03/2022 a 25/03/2022 e 10/03/2023 a 25/03/2023 Execução da ação:

Metodologia: A ação 1 contará com encontros online síncronos e assíncronos para debates sobre neurodiversidade e metodologia de pesquisa, oficinas de escrita de projetos de pesquisa e demais produções dos participantes, assim como rodas de conversa sobre processos de seleção em pós-graduações. No segundo ano do projeto, tais ações comporão um material ético-prático para a ação do coletivo do Pacto pela Neurodiversidade, composto pelos pós-graduandos em Ciências do Comportamento da UnB, Bianca Rogoski, Raphaella Caldas e Victor Guevara. O Pacto pela Neurodiversidade diz respeito a uma lista de dez diretrizes que visam nortear práticas anticapacitistas por parte das instituições que aderirem a ele. Dessa forma, o Pacto será amplamente difundido na UDESC e nas Universidades parceiras deste projeto, como a própria UnB. Às instituições que aderirem ao Pacto será disponibilizado um selo de parceria para identificar seu comprometimento com o apoio à luta contra o capacitismo. As instituições que se comprometerem com as práticas propostas pelo Pacto terão ampla divulgação em redes sociais. Além disso, o Pacto inclui uma assessoria montada e viabilizada pelo Coletivo Pacto pela Neurodiversidade e por pessoas autistas, para fornecer suporte nessa adaptação a uma nova realidade anticapacitista.

Avaliação: A avaliação com a equipe de organização será contínua, ocorrerá ao longo do desenvolvimento das atividades e após o fechamento de cada ação. Já com os/as participantes ocorrerá no último dia da ação, por meio de questionário ou encontro síncrono. Além disso, serão promovidos espaços de troca sobre as experiências das instituições parceiras, de forma a identificar dificuldades na implementação do Pacto e maneiras de solucionar os problemas encontrados.

Ação 2: Curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com deficiência Carga Horária: 40 horas

Objetivo: oportunizar a formação de profissionais de diversas áreas no que tange a temática voltada aos estudos feministas da deficiência, contribuindo na construção de ações anticapacitistas e de uma cultura inclusiva

Metodologia: Serão realizados 10 encontros (2 horas cada encontro) que contarão com exposições dialogadas e momentos de debate. Além disso, haverá 20 horas de atividades complementares, totalizando 40 horas de curso. O Guia "Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para exercício da cidadania", produzido pelo CFHK, será utilizado como material didático principal e fio condutor, apontando para diálogos com outros textos, documentos oficiais e conteúdos produzidos em diversas mídias.

Conteúdo Programático:

Encontro I – Apresentação do projeto e da metodologia do curso; acolhida do grupo. Encontro II – Deficiência pela perspectiva de direitos humanos.

Encontro III – Mulheres com deficiência no Brasil.

Encontro IV – Feminismo e deficiência, um caminho em construção. Encontro V – Direitos Sexuais.

Encontro VI – Educação inclusiva.

Encontro VII – Mercado de trabalho e inclusão. Encontro VIII – Violência contra mulher.

Encontro IX – Acesso à justiça.

Encontro X – Fechamento e Avaliação do curso;

Ação3: Grupo de estudos Diálogos Formativos: Estudos da Deficiência e Autismo - Etapa II

Carga Horária: 80 horas (40h por ano)

Objetivo: Formar uma rede de profissionais nacionais e internacionais de diferentes áreas para a construção de um debate aprofundado sobre os Estudos da Deficiência, os Estudos Feministas da Deficiência e os Estudos Críticos da Neurodiversidade;

Metodologia: A metodologia utilizada será por meio das tecnologias de comunicação e informação, mais especificamente a internet. Por intermédio da educação a distância, utilizando-se do ambiente de aprendizagem moodle, no qual serão disponibilizados textos para leituras, fóruns, avisos, vídeos, dentre

outros.

Avaliação: A avaliação com a equipe de organização será contínua, ocorrerá ao longo do desenvolvimento das atividades e após o fechamento de cada ação. Já com os/as participantes ocorrerá no último dia da ação, por meio de questionário ou encontro síncrono.

Ação 4: Curso online Reflexões sobre uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva

Carga Horária: 40h horas **Objetivo:** Dialogar a respeito de uma educação sexual emancipatória e inclusiva, em articulação com os estudos feministas da deficiência

Inscrição: serão online, acontecerão em julho, um mês antes do início da oferta do curso que será em agosto de 2022.

Execução do Curso: O curso será ofertado, no segundo semestre de 2022, acontecerá na plataforma Moodle e será estruturado neste ambiente virtual de aprendizagem, sendo organizado em 06 módulos, com 5h de atividades, incluindo atividades assíncronas (como leitura de materiais disponibilizados previamente, participações em fóruns, utilização de documentários e filmes) e encontros síncronos com a participação de estudiosos das temáticas afetas ao estudo.

Este curso foi pensado e será estruturado por meio de Módulos temáticos com 6h de estudos semanais, envolvendo atividades síncronas (encontros online de diálogos com profissionais e estudiosas/os, pesquisadoras/es ligados aos temas a serem abordados e trabalhados no curso) e atividades assíncronas (estudos dirigidos com leituras prévias e participações em fóruns de discussões). Os encontros síncronos acontecerão uma vez por semana, com duração de 1h30 de diálogo. As atividades assíncronas poderão ser realizadas ao longo da semana e as/os participantes farão uso de 4h30 na efetivação dessas atividades.

Conteúdo Programático:

Módulo 1 - Abordando a História da Sexualidade (6h); Módulo 2 - Diferentes Paradigmas na Educação Sexual (6h); Módulo 3 - Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva (6h); Módulo 4 - Perspectiva Feminista da Deficiência (6h); Módulo 5 - Sexualidade e Deficiência (6h);

Módulo 6 - Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva em Diálogo com Reuven Feuerstein e Vigotski: o papel da mediação (6h);

Módulo 7 - Avaliação do Curso e Entrega da produção textual final (4h).

1.6.5 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

Esse programa de extensão tem em si, a extensão, o ensino e a pesquisa de forma aninhadas num proposta de fazer emancipatório.

O tema central do referido programa de extensão - Inclusão - se insere na área de pesquisa e ensino dos profissionais envolvidos. Esse programa é resultado de um trabalho contínuo nessa área, articulado pelo Laboratório de Educação Inclusiva - LEI/UEDESC, a exemplo das pesquisas doutoral desenvolvidas pelas professoras vinculadas ao LEI, e na articulação com o Núcleo de Acessibilidade/CEAD/UEDESC e Núcleo de Acessibilidade Educacional/UEDESC diferentes instituições e coletivos de pessoas com deficiência amplia-se essa relação de indissociabilidade para além da UEDESC. O programa envolve estudantes de graduação e pós-graduação, bem como profissionais que para o aprimoramento de sua prática e pesquisas acadêmicas sejam para o TCC ou dissertação/tese, necessitam de formação continuada complementar.

A base teórica do programa propõe práticas emancipatórias e atitudes inclusivas para a eliminação de barreiras nos diferentes contextos, que no diálogo com os partícipes propõe a transformação da realidade opressora a partir do compromisso com a população que experiência a deficiência, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. A articulação com diferentes escolas e a necessidade de fortalecer o acolhimento dos diferentes perfis de estudantes nesse contextos educativos, possibilitará que a UEDESC leve o conhecimento produzido na Universidade para o contexto das práticas, tanto dos egressos do curso de Pedagogia da UEDESC como para outros profissionais.

A articulação com disciplinas da graduação e pós-graduação do CEAD/UEDESC ministradas pelas professoras vinculadas ao LEI, ampliará o conhecimento dos acadêmicos que reverterá no aprimoramento de sua prática pedagógica.

1.6.6 Avaliação Pelo Público

A avaliação das ações do programa pelo público será feita por meio do preenchimento de formulário elaborado pela equipe de execução e/ou em encontro síncrono no final de cada ação e a cada ano para as ações bianuais.

Pela Equipe

Será realizada por meio de reuniões sistemáticas com a equipe ao longo de todo processo de execução da ação e no fechamento do programa em 2023.

1.6.7 Referências Bibliográficas

- ABA; ANPOCS. (2020). Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade. [Material elaborado por Mello, Anahí G. de. Gavério, M., A., Von der Weid, Olívia & Aydos, Valéria]. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/Acessibilidade/2020-11_Contracartilha_acessibilidade.pdf
- ALVES, Camila Araújo & MORAES, Marcia. (2019) "Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: Uma prática de acolhimento e cuidado". Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, vol. 19 (2), p. 484-502.
- ARAI, Aline Akina; NUERNBERG, Adriano Henrique. Investigando as barreiras e facilitadores para inclusão dos estudantes com autismo no ensino superior. [s. l.], 2016. (Mimeo).
- AYDOS, Valéria. (2019) A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Anuário Antropológico, volume 44, n.1, p.93-116. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/25442/22418>
- DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA, São Paulo. Anais ..., São Paulo, p. 5-14, 2013.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L., & SANTOS, W., R. (2009) Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos. [online]. vol.6, n.11, pp.64-77. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452009000200004&script=sci_abstract&lng=pt. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>
- DINIZ, Débora. (2012) O que é Deficiência. São Paulo: Brasiliense.
- DINIZ, Debora. Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista. Série Anis, [s. l.], v. 28, p. 1-8, 2003. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15250/1/ARTIGO_ModeloSocialDeficiencia.pdf. Acesso em: 27 maio. 2017.
- DINIZ, Debora. O Que é Deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).
- FAVRET-SAADA, Jeanne. (1990). "Être Affecté". In: Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, 8. p. 3-9.
- FIETZ, Helena. (2020) Construindo futuro, provocando o presente. Cuidado familiar, moradias assistidas e temporalidades na gestão cotidiana da deficiência intelectual no Brasil. [Tese de doutorado em Antropologia Social]. UFRGS.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual no Brasil: Estado da Arte de 1980 a 1993. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Londrina: Mercado de Letras, 2006.
- GABEL, Susan L.; CONNOR, David. Theorizing Disability Implications and Applications for Social Justice in Education Disability Studies in Education, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/244988407_Theorizing_Disability_Implications_and_Applications_for_Social_Justice_in_Education_Disability_Studies_in_Education. Acesso em: 27 maio. 2017.
- GAVÉRIO, M., A. (2015) Medo de um planeta aleijado? Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. In: Áskesis – Revista dxs discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. vol. 4, n.
- KAFER, Alisson. (2013). Feminist, queer, crip. Bloomington, Indiana: Indiana University Press.
- GAVÉRIO, Marco. (2016) A. Resenha de Feminist, Queer, Crip. Alison Kafer. Revista Florestan Fernandes. Ano 3, n. 1. pp. 165 -173, 2016
- GILSON, Stephen French; DEPOY, Elizabeth. Multiculturalism and Disability: A critical perspective.

- Disability & Society, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 207–218, 2000. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09687590025630>. Acesso em: 29 maio 2017.
- GOLDBERG, M. A. A. Educação sexual: uma proposta um desafio. São Paulo: Edições Aruanda, 1982.
- KITTAY, Eva. (1999). *Love's Labor: Essays in women, equality and dependency*. New York: Routledge.
- KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: Uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, [s. l.], v. 28, n. suppl. 1, p. 3-11, 2006.
- MARTINS, Bruno Sena et al. Deficiência, Conhecimento e Transformação Social. In: MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando (Coords.). *Deficiência e Emancipação Social: Para uma crise da normalidade*. Coimbra/Portugal: Almedina, 2016. p. 39-60.
- MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra. A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s. l.], n. 98, p. 45-64, 2012. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5014>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- McRUER, R. (2006) *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press.
- MELLO, A. G. de. & GAVÉRIO, M., A. (2019) Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film, *Anuário Antropológico*. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/22935> DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.3481>
- MELLO, A. G.; ALVES, C. (2021) Deficiência e Isolamento Social: comunicar-se com mascarados e tocar em pessoas e coisas em tempos de pandemia da Covid-19. In.: Pérez Navarro, Pablo (Org.). *Margens da pandemia: queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas*. Salvador, BA: Editora Devires.
- MELLO, Anahí Guedes de. (2016) Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência e Saúde Coletiva*. 1(10). pp. 3265-3276.
- MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003265&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 set. 2017.
- MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano H.; BLOCK, Pamela. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinariedade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In: SCHIMANSCKI, Cavalcanti (Ed.). *Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- MELO, S. M. M. Educação e sexualidade. Florianópolis: DESC/CEAD/UAB, Caderno Pedagógico, 2011.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T.; BARROS, A. L. E. C.; OLIVEIRA, M. L. C.; SAITO, R. T.; GATTOLIN, S. R. B. (2019) Parceria acadêmica e esperança equilibrista: uma conversa com Lynn Mario Trindade Menezes De Souza. *Pensares em Revista*, 15, Rio de Janeiro, mai/ago.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T.; MARTINEZ, J. M.; DINIZ DE FIGUEIREDO, E. H. (2019) 'Eu só posso me responsabilizar pelas minhas leituras, não pelas teorias que eu cito': entrevista com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza (USP). *Revista X*. v.14 (5). Dossiê especial FICLLA. Pp 05-21.
- MIGNOLO, W. (2007) Coloniality and Modernity/Rationality. In: *Cultural Studies*, vol. 21, n. 2–3, pp.155–67.
- MILTON, D.; BRACHER M. (2013) Autistics speak but are they heard? *Medical Sociology online*, 7 (2). pp. 61-69.
- MOL, Anne Marie. (2008). *The Logic of Care: Health and the problem of patient choice*. London / NY: Routledge.
- NEVILL, Rose E. A.; WHITE, Susan W. College Students' Openness Toward Autism Spectrum Disorders: Improving Peer Acceptance. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, [s. l.], v. 41, n. 12, p. 1619-1628, 2011. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21318642>. Acesso em: 28 maio.2017.
- NUNES, C. A. Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. Campinas, 1996. 319p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

- NUNES, C.; SILVA, E. A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2006.
- NUNES, Débora Regina de Paula; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. Universitários com Síndrome de Asperger: potencialidades e desafios. [s. l.], 2011. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/201118122012cd645602e49b6b23d61d/NUNES_ARAUJO_2011_AS PERGER_2.PDF>. Acesso em: 28 maio. 2017.
- OLIVER, Michael. Uniderstanding disability: from theory to practice. 2nd. ed. United Kingdom: Macmillan Education UK, 2009.
- ROSENBERG, Charles E. (2002). The tyranny of diagnosis: Specific entities and individual experience. The Milbank Quarterly, v. 80, n. 2, p. 237-260. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2690110/> . Acesso em: 23 de maio de 2018.
- SANTOS, B. S. (2018) The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South. Duke University Press.
- SPIVAK, G. (2010) Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG.
- VALLE, Jan; CONNOR, David J. Resignificando a Deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- VON DER WEID, Olivia. (2018) Entre o Cuidado e a Autonomia: Deficiência visual e relações de ajuda. Revista Antropológicas, Ano 22, 29(2), pp. 49-82.

1.6.8 Observações

- O programa contará com a participação, desde sua elaboração, de pessoas com deficiência e membros de associação, instituição de ensino superior nacional e internacional e sociedade civil;
- Constituiu-se uma rede de colaboração com diferentes profissionais/membros de instituições e associações nacionais e internacionais, bem como de participantes do projeto Traduzir-se (UFVJM) e estudantes de graduação e pós-graduação da UnB por meio do Coletivo Pacto pela Neurodiversidade, e do CEAD/UDESC na articulação dessa proposta com as disciplinas de “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” e ‘Tópicos em Pedagogia – Estudos da Deficiência e suas Interseções’ e “Estudos da Deficiência na Educação”. Esta rede de trocas e aprendizados contará com a articulação entre as pesquisas dos organizadores e as dos parceiros da proposta, além de prever a proposição de novas pesquisas com os participantes.
- A base teórica das ações se pautam nos Estudos sobre Deficiência, nos Estudos Feministas da Deficiência e suas intersecções e na Educação Sexual Emancipatória.

1.7 Divulgação/Certificados

Meios de Divulgação:	Folder, Mala Direta, Internet
Outros meios de Divulgação:	Divulgação das ações na Rádio UDESC, Redes Sociais para divulgação dos folders das ações e material informativo decorrente das mesmas e nas redes sociais dos/as parceiros/as internacionais
Contato:	Redes sociais Facebook: Ledi Udesc - https://www.facebook.com/lediudesc Instagram: @lediudesc - https://instagram.com/lediudesc?igshid=1t55u2gum8l3m Youtube: LEdl - Laboratório de Educação Inclusiva - https://youtube.com/channel/UCZ4EvQYje7QpzjWuRT8GyA e-mail: ledi.cead@udesc.br Fone: 3664-8431

Emissão de Certificados: Participantes, Equipe de Execução

Qtde Estimada de Certificados para Participantes: 400

Qtde Estimada de Certificados para Equipe de Execução: 20

Total de Certificados: 420

Menção Mínima:

Frequência Mínima (%): 75

Justificativa de Certificados: Ação1: Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da neurodiversidade no ensino superior-Vagas: 50; Ação2: Curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com deficiência-Vagas: 50; Ação3: Diálogos Formativos: Estudos da Deficiência e Autismo - Etapa II - Vagas: 150; Ação4: Curso Reflexões sobre uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva-Vagas: 150.

1.8 Outros Produtos Acadêmicos

Gera Produtos:

Produtos:

Artigo Completo
Capítulo de Livro
Livro
Oficina
Outros
Pôster
Relatório Técnico
Resumo (Anais)

Descrição/Tiragem:

Será feito folder de divulgação e material informativo e/ou livro para veicular nas redes sociais dos parceiros nacionais e internacionais, bem como a publicação de um livro e/ou material informativo e orientador de práticas anticapacitistas, a publicação de um artigo e/ou resumo estendido para socialização em evento de extensão e publicação em anais de evento. Além disso, no final do biênio será realizado o Relatório final do Programa de Extensão.

1.9 Anexos

Nome	Tipo
termo_de_interesse___valeria_aydos_ufrgs.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista
declaracao_labteias_ledi.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista
declaracao_interesse_escola_deemdnz.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista
declaracao_interesse_escola_basica_pcv.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista
declarac__807;a__771;o_de_interesse_escola_eem_slhsa.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista

declaracao_de_interesse_escola_eeb_tvra.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista
declaracao_de_interesse_da_instituicao_ned_ufsc.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista
declaracao_de_interesse_da_instituicao_abraCa.pdf	ANEXO I - Declaração de Interesse no Desenvolvimento de Ação Extensionista
anexo___identificacao_das_acoes_vinculadas.pdf	Identificação das Ações Vinculadas

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da UDESC

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Geisa Letícia Kempfer Bock	40 horas	UDESC	11 hrs	Membro da Comissão Organizadora
Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes	Dedicação exclusiva	UDESC	20 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)
Rose Clér Estivaleta Beche	40 horas	UDESC	27 hrs	Membro da Comissão Organizadora
Solange Cristina da Silva	40 horas	UDESC	79 hrs	Coordenador(a), Gestor, Membro da Comissão Organizadora

Discentes da UDESC

Nome	Curso	Instituição	Carga	Funções
Andressa Climaco	Pedagogia	UDESC	50 hrs	Discente Voluntário(a)

Henrique de Lima Baena da Silva	Mestrado Em Educação Inclusiva Em Rede - Profei	UDESC	22 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Discente Voluntário(a)
Lilian Poletto Lesina	Profei	UDESC	6 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Discente Voluntário(a)

Técnico-administrativo da UDESC

Nome	Regime de Trabalho	Instituição	Carga	Função
Débora Marques Gomes	40 horas	UDESC	30 hrs	Apoio Técnico Operacional, Membro da Comissão Organizadora

Outros membros externos a UDESC

Nome	Instituição	Carga	Função
Carla Ramos Gonçalves	OAB/RS	28 hrs	Colaborador(a)
Fernanda de Almeida Santana	Abraça	44 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)
Gabriela Vargas Rodrigues	UFPB	28 hrs	Colaborador(a)
Gustavo Henrique Rückert	UFVJM	44 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)
Luana Adriano Araújo	UFRJ	22 hrs	Colaborador(a)
Luiz Henrique Magnani Xavier de Lima	UFVJM	66 hrs	Membro da Comissão Organizadora, Colaborador(a)
Marcia de Freitas Brys	pmf	10 hrs	Colaborador(a)
Marivete Gesser	NED/UFSC	22 hrs	Colaborador(a)
Matthew Anthony Resendes Medeiros	Western University	22 hrs	Colaborador(a)

Marcia de Freitas Brys (C.H. 2 horas/Mês)
Geisa Letícia Kempfer Bock (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Atividades da Ação 1: Letramentos, práticas e vivências acadêmicas: ações emancipatórias de inclusão da neurodiversidade no ensino superior

Início: Fev/2022 **Duração:** 22 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 11 Horas/Mês

Responsável: Valéria Aydos Rosário (C.H. 2 horas/Mês)

Membros Vinculados: Solange Cristina da Silva (C.H. 1 hora/Mês)
Raphaella Christine Souza Caldas (C.H. 2 horas/Mês)
Luiz Henrique Magnani Xavier de Lima (C.H. 2 horas/Mês)
Luana Adriano Araújo (C.H. 1 hora/Mês)
Gustavo Henrique Rückert (C.H. 1 hora/Mês)
Fernanda de Almeida Santana (C.H. 1 hora/Mês)
Andressa Climaco (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Atividades da Ação 2: Curso Cidadania, Feminismo e Mulheres com Deficiência

Início: Fev/2022 **Duração:** 6 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 9 Horas/Mês

Responsável: Solange Cristina da Silva (C.H. 1 hora/Mês)

Membros Vinculados: Mila Correa D Oliveira (C.H. 2 horas/Mês)
Lilian Poleto Lesina (C.H. 1 hora/Mês)
Geisa Letícia Kempfer Bock (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Vargas Rodrigues (C.H. 1 hora/Mês)
Débora Marques Gomes (C.H. 1 hora/Mês)
Carla Ramos Gonçalves (C.H. 1 hora/Mês)
Andressa Climaco (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Atividades da Ação 3: Diálogos formativos: Estudos sobre Deficiência e Autismo - Etapa II.

Início: Fev/2022 **Duração:** 22 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Responsável: Solange Cristina da Silva (C.H. 2 horas/Mês)

Membros Vinculados: Valéria Aydos Rosário (C.H. 1 hora/Mês)
Rose Clér Estivaleta Beche (C.H. 1 hora/Mês)
Pamela Block (C.H. 1 hora/Mês)
Márcio Vieira de Souza (C.H. 1 hora/Mês)
Matthew Anthony Resendes Medeiros (C.H. 1 hora/Mês)
Marivete Gesser (C.H. 1 hora/Mês)
Luiz Henrique Magnani Xavier de Lima (C.H. 1 hora/Mês)
Henrique de Lima Baena da Silva (C.H. 1 hora/Mês)
Gustavo Henrique Rückert (C.H. 1 hora/Mês)
Gabriela Vargas Rodrigues (C.H. 1 hora/Mês)

Fernanda de Almeida Santana (C.H. 1 hora/Mês)
 Débora Marques Gomes (C.H. 1 hora/Mês)
 Carla Ramos Gonçalves (C.H. 1 hora/Mês)
 Andressa Climaco (C.H. 1 hora/Mês)

Atividade: Avaliação e Relatório Final do Programa
Início: Dez/2023 **Duração:** 2 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 2 Horas/Mês
Responsável: Solange Cristina da Silva (C.H. 1 hora/Mês)
Membro Vinculado: Débora Marques Gomes (C.H. 1 hora/Mês)

Responsável	Atividade	2022											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Valéria Aydos Rosário	Atividades da Ação 1:Letramentos, práticas ...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Solange Cristina da Silva	Atividades da Ação 2: Curso Cidadania, Femi...	-	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-
Solange Cristina da Silva	Atividades da Ação 3: Diálogos formativos: ...	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Patrícia de Oliveira e Silva Pereira	Atividade da ação 4: Curso online Reflexões...	-	-	-	-	X	X	X	X	X	-	-	-

Responsável	Atividade	2023											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Valéria Aydos Rosário	Atividades da Ação 1:Letramentos, práticas ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-
Solange Cristina da Silva	Atividades da Ação 3: Diálogos formativos: ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-
Solange Cristina da Silva	Avaliação e Relatório Final do Programa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X

Responsável	Atividade	2024											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Solange Cristina da Silva	Avaliação e Relatório Final do Programa	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

3. Receita

3.1 Arrecadação

Não há Arrecadação.

3.2 Recursos da IES (UDESC)

Bolsas	Valor(R\$)
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes (3390-18)	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores (3390-20)	0,00
Subtotal	R\$ 0,00

Rubricas	Valor(R\$)
Material de Consumo (3390-30)	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção (3390-33)	0,00
Diárias - Pessoal Civil (3390-14)	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390-36)	20.000,00

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3390-39)	10.000,00
Equipamento e Material Permanente (4490-52)	0,00
Encargos Patronais (3390-47)	0,00
Subtotal	R\$ 30.000,00
Total:	R\$ 30.000,00

3.3 Recursos de Terceiros

Não há Recursos de Terceiros.

3.4 Receita Consolidada

Elementos da Receita (Com Bolsa)	R\$
Subtotal 1 (Arrecadação)	0,00
Subtotal 2 (Recursos da IES (UDESC): Bolsas + Outras Rubricas)	30.000,00
Subtotal 3 (Recursos de Terceiros)	0,00
Total	30.000,00

Elementos da Receita (Sem Bolsa)	R\$
Subtotal 1 (Arrecadação)	0,00
Subtotal 2 (Recursos da IES (UDESC): Rubricas)	30.000,00
Subtotal 3 (Recursos de Terceiros)	0,00
Total	30.000,00

4. Despesas

Elementos de Despesas	Arrecadação (R\$)	IES (UDESC)(R\$)	Terceiros (R\$)	Total (R\$)
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes (3390-18)	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores (3390-20)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 1	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias - Pessoal Civil (3390-14)	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo (3390-30)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção (3390-33)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (3390-36)	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3390-39)	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Equipamento e Material Permanente (4490-52)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas (Impostos)	0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Total	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00

<p>Valor total solicitado em Reais: R\$ 30.000,00</p> <p>Trinta Mil Reais</p>
--

A seguir são apresentadas as despesas em relação a cada elemento de despesa da atividade: Diárias - Pessoal Civil, Material de Consumo, Passagens e Despesas com Locomoção, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Equipamento e Material Permanente, Bolsistas e Outras Despesas. Nos respectivos quadros de despesas são apresentados itens específicos, sendo relevante destacar o campo “Fonte”. O campo “Fonte” refere-se à origem do recurso financeiro, podendo ser Arrecadação, Instituição e Terceiros.

4.1 Despesas - Diárias

Não há Diárias.

4.2 Despesas - Material de Consumo

Não há Material de Consumo.

4.3 Despesas - Passagens

Não há Passagem.

4.4 Despesas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Descrição	Fonte	Custo Total
Consultores e/ou ministrantes das 4 ações de extensão	IES (UDESC)	R\$ 20.000,00
Total		R\$20.000,00

Observação: Como as ações envolvem pessoas com deficiência e um trabalho multidisciplinar, a contratação de pessoas com deficiência e com expertise nas temáticas, bem como no que se refere a acessibilidade se faz necessário. A proposta de inclusão pressupõe garantir a implementação do lema: 'Nada sobre nós sem nós'.

4.5 Despesas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Descrição	Fonte	Custo Total
Publicação de livro e/ou material informativo referente a ação de extensão	IES (UDESC)	R\$ 10.000,00
Total		R\$10.000,00

Observação: Pagamento de editoração, revisão de texto, serviços gráficos, produção de banners, adesivos, diagramação para os materiais informativos e/ou livro, folder, banner para divulgação das ações em âmbito nacional e internacional.

4.6 Despesas - Equipamento e Material Permanente

Não há Equipamento ou Material Permanente

4.7 Despesas - Bolsistas

Nome do Bolsista	Início/Término	Fonte	Tipo Institucional	Remuneração/Mês	Custo Total
[!] A ser selecionado	01/02/2022 29/01/2024	IES (UDESC)	Discente de Graduação	0,00	0,00

[!] A ser selecionado	01/02/2022 29/01/2024	IES (UDESC)	Discente de Graduação	0,00	0,00
Total					R\$0,00

Observação: AS/os bolsistas estarão vinculados ao programa de extensão e desenvolverão atividades em todas as ações à ele vinculadas. A bolsa será regida pelo edital de Bolsa PROEX vigente.

Plano de Trabalho do(s) Bolsista(s)

[!] A ser selecionado

Carga Horária Semanal: 20 hora(s)

Objetivos:

Oportunizar formação, aprimoramento e informações na área da inclusão das pessoas com deficiência para discentes de graduação, profissionais de educação e comunidade, visando contribuir com o processo de construção de uma sociedade inclusiva

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

Os bolsistas nesse programa atuarão no Laboratório de Educação Inclusiva do CEAD/UDESC, os quais desenvolverão atividades nos quatros projetos vinculados ao referido programa, cabendo a eles/as, as seguintes ações:

- 1 – Auxílio na elaboração de material para divulgação dos cursos e projetos;
- 2 – Participação na divulgação das ações de extensão;
- 3 – Inscrição dos participantes;
- 4 - Organização e controle do material dos cursos e projetos;
- 5 – Apoio na organização das ações;
- 6 – Participação nas reuniões da equipe de execução;
- 7 – Desenvolvimento de atividades externas, quando necessário;
- 8 – Apoio na organização das informações referente as ações de extensão;
- 9 - Estudo sobre a temática extensão e outras pertinentes ao programa;
- 10 - Elaboração do relatório de bolsista;
- 11 - Participação em eventos de extensão.
- 12 - elaboração de recursos informativos

PROEX - Página 27 de 3013 - administrar as redes sociais e publicar informações sobre as temáticas estudadas pelo grupo.

[!] A ser selecionado

Carga Horária Semanal: 20 hora(s)

Objetivos:

- Contribuir para ampliação do conhecimento acadêmico do discente;
- Possibilitar leituras acerca da temática inclusão;
- Incentivar a quebra de preconceitos em relação as pessoas com necessidades especiais;
- Oportunizar a construção de competências e habilidades para realizar atitude de bolsista de extensão;
- Propiciar conhecimentos na área da inclusão.

Atividades a serem desenvolvidas/Mês:

Os/as bolsistas estarão vinculada ao programa, desenvolvendo suas atividades nas três ações do mesmo.

Deste modo, ao bolsista caberá, no período de vigência da bolsa, as seguintes ações:

- 1 – Auxílio na elaboração de material para divulgação das ações do programa;
- 2 – Participação na divulgação das ações de extensão;
- 3 – Organização das inscrições dos participantes;
- 4 - Organização e controle do material das ações do programa;
- 5 – Apoio na organização das ações de extensão;
- 6 – Participação nas reuniões da equipe;
- 7 – Desenvolvimento de atividades externas, quando necessário;
- 8 – Apoio na organização das informações referente as ações de extensão;
- 9 - Estudo sobre a temática extensão e outras pertinentes ao programa;
- 10 - Elaboração do relatório de bolsista;
- 11 - Participação em eventos de extensão.

4.8 Despesas - Outras Despesas

Descrição	Fonte	Custo Total
INSS - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
ISS - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	Arrecadação	R\$ 0,00
SubTotal 1		R\$ 0,00
INSS - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
ISS - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	IES (UDESC)	R\$ 0,00
SubTotal 2		R\$ 0,00
INSS - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
ISS - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
PATRONAL - 0%	Terceiros	R\$ 0,00
SubTotal 3		R\$ 0,00
Total		R\$0,00

4.9 Despesas - Resolução de Destinação Específica da IES (UDESC)

Discriminação	R\$
Total	0,00

5. Critérios para Avaliação da Ação (Reservado à Comissão de Extensão)

Seleção no Centro		Pontuação	
1.	Atuação transformadora e de impacto sobre questões regionais prioritárias.		
2.	Interação concreta com a comunidade e seus segmentos significativos.		
3.	Relevância social, ambiental, artístico, cultural, científica e/ou econômica.		
4.	Atendimento às áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.		
5.	Caráter interdisciplinar, interdepartamental, intercentros, interinstitucional.		
6.	Pertinência técnica e metodológica da ação.		
7.	Articulação entre ensino, pesquisa e produção artístico-cultural.		
8.	Divulgação do Curso, Centro e Instituição.		
9.	Compatibilidade entre os recursos solicitados e as exigências da atividade.		
10.	Possibilidade de impactos das ações do projeto, no processo de qualificação social dos estudantes e dos cursos envolvidos na execução.		
Total			

Cada item receberá pontuação até 1 (um).

Os itens acima deverão ser utilizados para a análise de cada atividade recebendo a pontuação adequada.

Local _____, 11/08/2021

Solange Cristina da Silva
Coordenador(a)/Tutor(a)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **H7ARJ063**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SOLANGE CRISTINA DA SILVA (CPF: 067.XXX.058-XX) em 11/08/2021 às 08:59:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:40:48 e válido até 30/03/2118 - 12:40:48.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwMzEzNDIfMzE0MjlfMjAyMV9IN0FSSjA2Mw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00031349/2021** e o código **H7ARJ063** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.